

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA ANALÍTICA: UM ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DA ANÁLISE DA JORNADA DA HEROÍNA

Priscilla Ines Schille Raad¹

Diego da Silva²

RESUMO: Este artigo propõe uma análise sob a perspectiva da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, focalizando o arquétipo da Anima em uma mulher cujos valores patriarcais internalizados resultaram em profundo sofrimento psíquico. Através da investigação dos impactos da violência doméstica e do abuso intrafamiliar, examina-se como esses elementos interferem na constituição do feminino e na construção da identidade. Inicialmente, são apresentados os principais conceitos junguianos, incluindo inconsciente, sombra, complexos, arquétipos e o processo de individuação, articulados com a crítica à estrutura patriarcal e os aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha. O estudo se ancora em um caso clínico de cinco meses de acompanhamento psicoterapêutico junguiano, no qual a paciente vivencia não apenas a violência conjugal, mas também o trauma decorrente do abuso sexual da filha, que revela conflitos profundos relacionados ao feminino, à maternidade e à identidade. A análise é enriquecida pela aplicação da Jornada da Heroína, que oferece um caminho simbólico para o resgate do feminino, da autonomia emocional e da reconstrução do *self*. Por fim, explora-se a influência das deusas arquetípicas na dinâmica psíquica da mulher, proporcionando uma compreensão simbólica e integrativa do seu processo de sofrimento, enfrentamento e transformação interior.

1

Palavras-chave: Violência doméstica. Psicologia analítica. Lei Maria da Penha. Mulher.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica constitui uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos, produzindo consequências físicas, emocionais, sociais e psicológicas para as mulheres que a vivenciam. Além das agressões visíveis, essa forma de violência frequentemente compromete a autoestima, a identidade, a autonomia e a capacidade de estabelecer relações saudáveis. Diante dessa realidade, torna-se necessário compreender não apenas os aspectos objetivos da violência, mas também os processos subjetivos envolvidos na experiência feminina, especialmente aqueles relacionados ao sofrimento psíquico e às possibilidades de reconstrução da identidade.

Nesse contexto, a Psicologia Analítica, desenvolvida por Carl Gustav Jung, oferece importantes contribuições para a compreensão dos impactos psicológicos decorrentes da

¹Discente do curso de Psicologia da UniEnsino. Pedagoga, especialista em Psicologia Analítica.

²Docente do curso de Psicologia da UniEnsino.

violência doméstica. Ao compreender a psique como uma interação dinâmica entre consciente e inconsciente, a teoria junguiana possibilita investigar os significados simbólicos presentes nas experiências traumáticas, bem como os recursos internos que podem favorecer o processo de cura. Conceitos como inconsciente coletivo, arquétipos, sombra, complexos e individuação constituem ferramentas teóricas relevantes para a compreensão das vivências femininas marcadas pela violência.

Para mulheres em situação de violência doméstica, a individuação pode representar um importante percurso de reconstrução da autoestima, ressignificação das experiências traumáticas e fortalecimento dos recursos internos necessários para a superação do sofrimento. Nesse sentido, a Jornada da Heroína, proposta por Maureen Murdock, apresenta-se como uma importante ferramenta simbólica para compreender os processos de transformação feminina. Diferentemente dos modelos tradicionais centrados em conquistas externas, a Jornada da Heroína enfatiza o retorno ao feminino, o enfrentamento das feridas emocionais e a integração de aspectos da personalidade que foram negados ou reprimidos. A relevância desse modelo para o presente estudo reside na possibilidade de compreender a experiência da mulher vítima de violência doméstica como uma jornada de transformação. Ao longo desse percurso, a mulher é convidada a confrontar suas dores, reconhecer suas potencialidades e reconstruir sua identidade a partir de novos significados.

2

Este artigo está fundamentado na teoria analítica de Jung, sendo complementado por Murdock para discorrer sobre a Jornada da Heroína, e Jean Shinoda Bolen, que utiliza o conhecimento mitológico para compreender os efeitos benéficos que a representatividade do feminino em espaços de potência cultural, destacando-se a sacralidade projetada nas figuras das deusas, exerce sobre a psique das mulheres. Na área jurídica, para discorrer sobre a Lei Maria da Penha, este artigo fundamenta-se em Maria Berenice Dias, entre outros.

Figuras mitológicas como Perséfone, Deméter, Ártemis, Atena e Afrodite oferecem imagens simbólicas capazes de auxiliar na compreensão dos processos vivenciados por mulheres em situação de violência doméstica. Enquanto Perséfone pode representar a descida ao sofrimento e a transformação decorrente da experiência traumática, Ártemis simboliza a autonomia e a capacidade de proteção. Deméter expressa os vínculos afetivos e as perdas emocionais, Atena representa a racionalidade necessária para o enfrentamento da violência e Afrodite relaciona-se ao resgate da autoestima e do amor-próprio. Assim, os arquétipos das

deusas podem contribuir para a compreensão e elaboração dos impactos psíquicos produzidos pela violência (Graves, 2018).

Além da compreensão psicológica, o enfrentamento da violência doméstica exige o conhecimento dos instrumentos legais destinados à proteção das mulheres. Nesse contexto, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um importante marco jurídico no combate à violência de gênero no Brasil. A legislação estabelece mecanismos de prevenção, proteção e assistência às vítimas, reconhecendo a violência doméstica como uma violação dos direitos humanos e promovendo medidas destinadas à garantia da segurança e da dignidade das mulheres.

Diante dessas considerações, o presente estudo tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da Psicologia Analítica, um caso real de violência doméstica, buscando compreender os impactos psíquicos decorrentes das experiências de abuso e as possibilidades de intervenção psicológica fundamentadas na teoria junguiana. Inicialmente serão apresentados os principais conceitos da Psicologia Analítica. Em seguida, será abordada a Jornada da Heroína proposta por Maureen Murdock, bem como a contribuição dos arquétipos das deusas para a compreensão simbólica do feminino trazidas por Bolen. Posteriormente, será realizada uma breve contextualização da Lei Maria da Penha. Por fim, será apresentado e analisado um estudo de caso, utilizando as etapas da Jornada da Heroína como referencial para compreender o percurso de sofrimento, enfrentamento, cura e reconstrução da identidade de uma mulher vítima de violência doméstica.

3

Existem alguns artigos relevantes contendo a análise da violência doméstica com o acompanhamento terapêutico sob o olhar da psicologia analítica. Porém, a junção com o olhar sob a Jornada da Heroína ainda é inédita.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma pesquisa de natureza aplicada, uma vez que busca compreender os impactos psíquicos da violência doméstica e do abuso intrafamiliar na vida de uma mulher em processo psicoterapêutico, além de contribuir para reflexões clínicas e científicas acerca da atuação da Psicologia Analítica em contextos de trauma e violência. A pesquisa possui caráter qualitativo, considerando que o objetivo central não está voltado para quantificação de dados, mas para a compreensão subjetiva, simbólica e emocional da experiência vivida pela participante do estudo.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória por investigar, a partir da perspectiva junguiana, aspectos psíquicos relacionados ao feminino ferido, aos traumas decorrentes da violência doméstica e aos arquétipos presentes na trajetória da paciente. Também é descritiva, pois busca apresentar, analisar e descrever o desenvolvimento do processo psicoterapêutico realizado ao longo de cinco meses de acompanhamento clínico.

A pesquisa utilizou o método qualitativo como principal abordagem para compreensão do problema investigado, permitindo uma análise aprofundada dos conteúdos simbólicos, emocionais e inconscientes manifestados pela paciente durante os atendimentos. O estudo também se apoia no método indutivo, partindo da observação clínica de um caso específico para reflexões mais amplas acerca da violência contra a mulher, da reconstrução psíquica do feminino e das contribuições da Psicologia Analítica em situações de trauma. Além disso, foi empregado o método histórico e comparativo, considerando a contextualização da construção patriarcal da sociedade, os aspectos históricos relacionados à violência contra a mulher e os paralelos simbólicos entre a vivência da paciente, a Jornada da Heroína e os arquétipos projetados nas deusas femininas.

Os procedimentos técnicos utilizados incluíram pesquisa bibliográfica, estudo de caso clínico e análise documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de livros, artigos científicos, dissertações e legislações relacionadas à Psicologia Analítica, violência doméstica, abuso intrafamiliar, arquétipos femininos e à Lei Maria da Penha. Foram utilizadas obras de autores da Psicologia Analítica, especialmente de Carl Gustav Jung (2013), bem como Emma Jung (2022), Verena Kast (2022), Daryl Sharp (2021), James A. Hall (2021), Murray Stein (2006) e autoras que discutem o feminino, trauma e violência psicológica sob a perspectiva junguiana, tendo como principal referência Maureen Murdock (2022), com a Jornada da Heroína, e Merlin Stone (2022), com seu estudo cultural da sacralidade feminina. Também foram consultadas fontes jurídicas e acadêmicas relacionadas à Lei Maria da Penha e à violência de gênero no contexto brasileiro, como Maria Berenice Dias (2023), Desembargadora e autora de vários livros que discorrem sobre a Lei.

O estudo de caso constituiu-se como principal procedimento metodológico, sendo desenvolvido a partir do acompanhamento psicoterapêutico de uma mulher vítima de violência física, psicológica e simbólica durante o casamento. Após a separação do agressor, a paciente enfrentou o impacto emocional decorrente da descoberta do abuso sexual sofrido pela filha,

cometido pelo próprio pai. Durante cinco meses de atendimento clínico, foram analisados conteúdos trazidos em sessão, manifestações simbólicas, relatos emocionais e aspectos relacionados ao resgate da identidade feminina, sempre fundamentados na abordagem da Psicologia Analítica.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e simbólica, considerando os conceitos junguianos de inconsciente, sombra, complexos, arquétipos e individuação. Também foram utilizados referenciais relacionados à Jornada da Heroína e às deusas arquetípicas femininas como instrumentos de compreensão da dinâmica psíquica da paciente e de seu processo de transformação emocional.

Por se tratar de um estudo envolvendo relato clínico, foram preservados todos os aspectos éticos relacionados ao sigilo e à identidade da participante, garantindo anonimato e confidencialidade das informações apresentadas.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Psicologia Analítica

A psicologia moderna tem em comum com a física moderna o fato de que seu método goza de maior significação intelectual do que seu objeto. Isto é, seu objeto, a psique, é tão profundamente variado em seus aspectos, tão indefinido e ilimitado, que as definições dadas a respeito são forçosamente difíceis e até mesmo impossíveis de interpretar, ao passo que as definições estabelecidas pelo modo de observação e pelo método que deriva dele são — ou pelo menos deveriam ser — grandezas conhecidas. A pesquisa psicológica parte destes fatores empírica ou arbitrariamente definidos e observa a psique à luz das alterações que se verificam nessas grandezas. O psíquico aparece, por conseguinte, como uma perturbação de um provável modo de proceder exigido pelos respectivos métodos. O princípio deste procedimento é, cum grano salis, aquele das ciências naturais em geral (Jung, 2013, p. 39).

A Psicologia Analítica, desenvolvida por Carl Gustav Jung (2013), constitui uma das principais abordagens da psicologia profunda. Diferentemente de outras correntes psicológicas focadas exclusivamente na experiência pessoal, Jung ampliou a compreensão da psique humana ao propor a existência de conteúdos universais que pré-formam, como uma tendência inata em toda a humanidade, seus pensamentos, sentimentos e atitudes.

Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e, no entanto, desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e, portanto, não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos (Jung, 2014, p. 51).

Entre os conceitos fundamentais de sua teoria destacam-se o inconsciente coletivo, os arquétipos, os complexos e o processo de individuação. A compreensão desses conceitos possibilita uma análise mais profunda do comportamento humano, dos conflitos psíquicos e da busca pelo desenvolvimento da personalidade. Para Jung, o objetivo do processo terapêutico não consiste apenas na eliminação dos sintomas, mas na integração consciente dos conteúdos inconscientes que influenciam a vida do indivíduo.

Cabe diferenciar o que Jung propõe como estrutura da psique para que se compreenda a relevância do inconsciente coletivo no processo de construção da personalidade. Segundo Jung, “por psique entendo a totalidade de todos os processos psíquicos, tanto conscientes quanto inconscientes” (Jung, 2013, p. 463). “A consciência é a relação dos conteúdos psíquicos com o eu, na medida em que esta relação é percebida como tal pelo eu” (Jung, 2013, p. 424).

Segundo Jung (2011), o inconsciente não possui somente depósitos do passado, está cheio de futuras situações psíquicas e de novas possíveis ideias. Jung propôs que, além do inconsciente pessoal, que guarda muitas experiências reprimidas e esquecidas, existe também uma estrutura extremamente profunda da psique de toda a humanidade. Jung se refere ao inconsciente coletivo, que contém padrões universais da experiência humana.

Assim, o inconsciente coletivo pode se manifestar através de símbolos, sonhos, mitos, religiões e produções culturais (Jung, 2014).

De forma indireta, pode-se afirmar que Jung compreendia o inconsciente coletivo como um patrimônio psíquico universal, transmitido ao longo das gerações, como uma espécie de “forma” cuja imagem se reconfigura constantemente, todavia mantém um núcleo central inabalável, responsável por estruturar a experiência humana. Segundo Jung (2014), existe uma área da psique que podemos chamar de inconsciente coletivo.

Os arquétipos são os conteúdos estruturantes do inconsciente coletivo (Jung, 2014). Eles não correspondem a imagens específicas, mas a predisposições universais para perceber, sentir e agir de determinadas maneiras. Jung (2014) descreve os arquétipos como formas ou imagens de natureza coletiva que surgem repetidamente em diferentes culturas. “Os arquétipos são formas típicas de apreensão, e onde quer que encontremos formas uniformes e regularmente repetidas de apreensão, temos motivos para supor a existência de arquétipos” (Jung, 2014, p. 280).

Entre os principais arquétipos destacam-se: Persona, Sombra, Anima e Animus, e Self. Segundo Jung (2014), a persona pode ser considerada uma máscara social para qualquer pessoa,

um determinado papel que a pessoa está atribuindo em um determinado momento. É uma relação com o mundo, porém pode produzir uma determinada impressão para os outros e ocultar a verdadeira natureza.

Segundo Jung (2013), a sombra representa o conjunto de aspectos psíquicos que permanecem excluídos da consciência por não corresponderem à imagem que o indivíduo constrói de si mesmo. Constituída por características reprimidas, negadas ou não reconhecidas, ela tende a manifestar-se indiretamente, sobretudo por meio da projeção desses conteúdos sobre outras pessoas.

A alma, segundo Jung (2014), representa o arquétipo do feminino presente na psique masculina. Pode atuar entre o consciente e o inconsciente como uma ponte, influenciando emoções e relacionamentos. Já o animus representa os aspectos masculinos presentes na psique feminina.

O Self é considerado o arquétipo central da personalidade (Jung, 2011). Representa a totalidade psíquica e a integração entre consciente e inconsciente. Segundo Jung (2011), o Self constitui o centro regulador da psique e orienta o processo de desenvolvimento psicológico.

Outro conceito fundamental na Psicologia Analítica é o de complexo. Os complexos são conjuntos de ideias, emoções, memórias e experiências organizadas em torno de um núcleo afetivo.

7

De acordo com Jung (2013), os complexos surgem a partir de experiências emocionalmente significativas e podem influenciar pensamentos e comportamentos sem que o indivíduo tenha consciência disso.

Para Jung (2014), os complexos, devido às influências que podem ser traumáticas ou não, são fragmentos psíquicos que se separam.

Exemplos comuns incluem o complexo materno, paterno, de inferioridade e de poder. Quando não reconhecidos, os complexos podem interferir significativamente nas relações interpessoais e na construção da identidade.

Jung compreendia a sombra como uma dimensão inevitável da personalidade. Quanto mais um indivíduo tenta negar determinados aspectos de si, maior a probabilidade de projetá-los nos outros. “A sombra é um problema moral que desafia a personalidade do eu como um todo” (Jung, 2013, p. 21).

De forma indireta, Jung defendia que o crescimento psicológico depende da capacidade de reconhecer e integrar os conteúdos sombrios da personalidade. A negação da sombra favorece conflitos internos, projeções e dificuldades relacionais.

A integração da sombra não significa agir impulsivamente ou legitimar comportamentos destrutivos, mas reconhecer conscientemente essas tendências para que possam ser transformadas e elaboradas.

Os conceitos de inconsciente coletivo, arquétipos, complexos e sombra constituem pilares fundamentais da Psicologia Analítica. Por meio deles, Jung (2013) ampliou a compreensão da psique humana ao demonstrar que muitos aspectos da experiência individual estão conectados a estruturas universais e inconscientes.

A abordagem junguiana propõe que o desenvolvimento psicológico ocorre quando o indivíduo estabelece um diálogo consciente com os conteúdos inconscientes, integrando diferentes aspectos de sua personalidade. Nesse contexto, o reconhecimento da sombra, a compreensão dos complexos e a aproximação dos arquétipos tornam-se etapas fundamentais para o processo de individuação e para a construção de uma vida psíquica mais integrada.

Segundo Jung (2013), individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por individualidade entendermos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável.

8

A noção de patriarcado, no âmbito da Psicologia Analítica e das ciências humanas, refere-se a uma estrutura sociocultural organizada a partir da centralização do poder, da autoridade e dos valores associados ao princípio masculino. Tal configuração histórica privilegia atributos como racionalidade, objetividade, competitividade, domínio e controle, frequentemente em detrimento de dimensões vinculadas ao feminino simbólico, como a sensibilidade, a intuição, a receptividade e a integração emocional. Para autores junguianos, o patriarcado não se restringe a uma organização social externa, mas também se manifesta como estrutura psíquica internalizada, influenciando os modos de subjetivação tanto de homens quanto de mulheres.

Nesse sentido, Esther Harding (1985) argumenta que a cultura ocidental consolidou-se a partir de uma predominância unilateral de valores patriarcais, produzindo um afastamento progressivo da experiência simbólica do feminino. De modo semelhante, Erich Neumann (2000) compreende o desenvolvimento da consciência ocidental como marcado pela ascensão do princípio patriarcal, associado à separação da natureza, ao predomínio da racionalidade e à repressão de conteúdos ligados ao inconsciente e ao arquétipo da Grande Mãe. Na

contemporaneidade, embora transformações sociais tenham ampliado a participação feminina em diferentes esferas, autores como Jean Shinoda Bolen (1990) e Marion Woodman (1993) destacam que os padrões patriarcais permanecem ativos nas exigências de produtividade, desempenho e adequação impostas às mulheres, frequentemente gerando conflitos psíquicos relacionados à identidade, ao corpo, à afetividade e à autonomia subjetiva.

No presente trabalho, entende-se que os atributos do feminino e do masculino, tão evidenciados no processo acima descrito, são descritos psicologicamente pela dinâmica entre Anima e Animus, configurando-se na tensão dessas forças psíquicas antagônicas na constituição da identidade feminina. Sob a influência de valores patriarcais, observa-se frequentemente uma reorganização da consciência da mulher em direção à adaptação às exigências socioculturais dominantes, relegando à marginalidade aspectos simbólicos associados à Anima.

Na perspectiva da Psicologia Analítica de Jung (2014), o Animus inconsciente, isto é, não integrado à consciência, pode manifestar-se de maneira negativa na psique feminina, assumindo características como rigidez, criticidade excessiva, arbitrariedade e fechamento ao diálogo. Tal dinâmica mostra-se recorrente na experiência das chamadas “filhas do patriarcado” (Murdock, 1990), cuja subjetividade é atravessada por modelos internos estruturados a partir de valores patriarcais.

9

Nesse contexto, o reencontro da mulher com conteúdos simbólicos ligados à Anima, favorecido pelo contato com figuras arquetípicas de poder, como as deusas mitológicas, possibilita a recuperação do feminino enquanto instância interior legítima e confiável. Tal processo favorece a expressão da criatividade, da sensibilidade e da profundidade emocional, dimensões frequentemente desvalorizadas em estruturas socioculturais marcadas pelo patriarcado.

Assim como no processo de individuação proposto por Jung, a Jornada da Heroína é um caminho de descida ao inconsciente, encontro com a sombra e retorno transformado a uma identidade mais autêntica e integrada (Jung, 2013).

3.1.1 A Jornada da Heroína

A Jornada da Heroína trata da cura da cisão profunda entre o feminino e o masculino (Murdock, 1990).

A Jornada da Heroína foi desenvolvida por Maureen Murdock a partir de diálogos críticos com a obra de Joseph Campbell (1990) e possui forte influência da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung (2013). Embora não tenha sido formulada diretamente por Jung, seus conceitos podem ser articulados com os arquétipos, a sombra, o animus e o processo de individuação.

A Jornada da Heroína, proposta por Maureen Murdock (1990), analista junguiana, constitui um modelo de desenvolvimento psicológico feminino inspirado na Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung (2013). Diferentemente da Jornada do Herói descrita por Joseph Campbell (1990), cujo foco recai sobre conquistas externas e superação de obstáculos no mundo objetivo, a Jornada da Heroína enfatiza o processo de reconexão da mulher com sua identidade profunda, seus aspectos emocionais e sua totalidade psíquica.

Segundo Murdock (2023), ao observar muitas mulheres em sociedades predominantemente patriarcais, percebeu que elas são incentivadas desde cedo a rejeitar características tradicionalmente associadas ao feminino, como vulnerabilidade, receptividade, sensibilidade e intuição. Essas mulheres, em busca de reconhecimento social, autonomia e pertencimento, passam a identificar-se excessivamente com valores ligados ao desempenho, à produtividade e ao controle, praticamente esquecendo seus valores femininos.

10

Segundo Murdock (1990), a jornada da heroína consiste em um processo de cura, de reconexão com o feminino não apenas em cada mulher, mas no mundo. Todavia, a autora destaca que são as mulheres que mais sentem tal banimento, desconexão e silenciamento dos valores do que Jung chamou de Anima, isto é, a dimensão feminina da alma, resultante da separação entre os aspectos femininos e masculinos da psique, culminando na integração de dimensões anteriormente dissociadas da personalidade.

Nesse sentido, a jornada apresenta importantes aproximações com o conceito junguiano de individuação. Para Jung (2011), o desenvolvimento psicológico ocorre por meio da integração progressiva dos conteúdos inconscientes à consciência, favorecendo a realização da singularidade do indivíduo. “Individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por individualidade entendermos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável” (Jung, 2011, p. 64).

Assim, a Jornada da Heroína pode ser compreendida como uma expressão simbólica do processo de individuação feminina, cuja trajetória se configura em uma espécie de integração ao que foi lançado à sombra.

Murdock (2022) descreve a jornada como um percurso composto por diferentes etapas de desenvolvimento psicológico. Para Murdock (2022), o percurso que a mulher deve realizar para alcançar o autoconhecimento é doloroso, introspectivo e pode gerar bastante sofrimento. Na fase da Descida da Deusa, a autora sugere um encontro com o lado sombrio que cada mulher guarda em seu interior (Murdock, 2023).

A primeira etapa Murdock denomina de “separação do feminino”. A jornada inicia-se com o afastamento entre a heroína e a mãe, em busca de uma identidade em uma cultura definida pelo masculino. Como segunda etapa, Murdock denomina “identificação com o masculino e conquista de aliados”. Segundo Murdock, a heroína desenvolve habilidades masculinas e constrói um nicho em um ambiente competitivo (Murdock, 2023).

Ao longo do percurso, ela percorre o caminho das provas, enfrentando desafios para superar os mitos da inferioridade feminina, da dependência e do amor romântico à medida que luta pela ilusória dádiva do sucesso prometida pela cultura (Murdock, 2023, p. 15).

A terceira fase vem a ser o Caminho das Provas. A heroína enfrenta desafios, conflitos e obstáculos em busca de realização pessoal. Embora frequentemente obtenha conquistas externas, ainda permanece distante de aspectos importantes de sua vida interior. Aqui pode ser uma titulação acadêmica, um cargo de liderança, um relacionamento ou também dinheiro.

Como quarta fase deste processo, Murdock propõe “a dádiva ilusória do sucesso”. Segundo a própria autora, é a fase em que a mulher ilusoriamente consegue chegar ao sucesso. Depois de alcançar o sucesso em um mundo masculino, a heroína experimenta um profundo sentimento de aridez espiritual (Murdock, 2023). Este momento se refere à quinta fase, que Murdock (2023) chama de “despertar para sentimentos de aridez espiritual”. A mulher se questiona sobre o porquê daquilo que conquistou. Surge então uma sensação de vazio.

A descida se caracteriza como uma jornada para o submundo, uma noite escura da alma, o ventre da baleia, o encontro com a deusa das trevas ou, simplesmente, como uma depressão. Geralmente é precipitada por uma perda transformadora. As mulheres frequentemente fazem sua descida quando um determinado papel, como o de filha, de mãe, namorada ou cônjuge, chega ao fim (Murdock, 1990, p. 110).

Esse momento corresponde a uma crise psicológica significativa. Podem ocorrer perdas, adoecimentos, separações, situações traumáticas ou experiências de sofrimento profundo que obrigam a heroína a voltar-se para seu mundo interior. Uma fase de desilusão, tristeza profunda, raiva e desespero. Ela se sente abandonada e, segundo Murdock, perde até mesmo sua

identidade. Trata-se de uma jornada sagrada. Esta se refere à sexta fase da jornada (Murdock, 2023).

O ciclo tem continuidade com a sétima fase: “anseio urgente pela reconexão com o feminino”. A mulher passa a valorizar sua intuição, criatividade, sensibilidade e capacidade de acolhimento. Segundo Murdock, na ausência da Deusa, algumas mulheres esqueceram a profunda sabedoria do corpo feminino e os mistérios da sexualidade feminina (Murdock, 1990). Ainda segundo a autora, uma cura ocorre dentro da própria pessoa quando ela começa a nutrir seu corpo e sua alma e a recuperar seus sentimentos, sua intuição, sua sexualidade, sua criatividade e seu bom humor (Murdock, 2023). Já a oitava fase, Murdock a chama de “cura da ruptura mãe/filha”. Nessa etapa ocorre a integração gradual dos aspectos femininos e masculinos da personalidade. O objetivo não é eliminar um dos polos, mas estabelecer uma relação mais equilibrada entre eles.

Sob a ótica junguiana, esse movimento pode ser relacionado à integração dos conteúdos do animus, reduzindo sua manifestação negativa e favorecendo uma expressão mais saudável da autonomia e da assertividade. Segundo Murdock, curar a ruptura mãe/filha não é uma jornada puramente individual: para ouvir a própria voz e afirmar sua direção, uma mulher precisa de uma comunidade de apoio (Murdock, 1990).

12

Quase finalizando, a nona fase é chamada de “cura do masculino ferido”, na qual a heroína passa a reconhecer que força e vulnerabilidade, razão e emoção, autonomia e vínculo não são elementos incompatíveis, mas dimensões complementares da experiência humana. Essa integração se aproxima daquilo que Jung compreendia como a união dos opostos psíquicos, um dos objetivos centrais do processo de individuação. E, finalmente, o ciclo termina na décima fase, “integração do masculino com o feminino”. Ao final da jornada, a mulher retorna à vida cotidiana com uma compreensão mais profunda de si mesma. A experiência do sofrimento é ressignificada e integrada à sua história, favorecendo o desenvolvimento de uma identidade mais autêntica e consciente.

É nesse contexto que Maureen Murdock inicia seu trabalho de auxiliar mulheres na conscientização e validação de suas escolhas, como a rejeição do feminino e a identificação com a figura masculina do pai (Murdock, 1990).

3.2 Mitologia e as Deusas Ancestrais

Os achados arqueológicos demonstram fortes indícios de cultos exclusivamente ao sagrado feminino. A Grande Deusa era considerada imortal, imutável e onipotente, e o conceito de paternidade ainda não havia sido introduzido no pensamento religioso (Graves, 2018). Ainda segundo o autor (2018), ela tinha amantes apenas por prazer, e não para dar um pai a seus filhos. Os homens obedeciam à matriarca, temiam-na e adoravam-na.

Campbell (1992) discorre que a principal função da mitologia e do rito é fornecer os símbolos que levam o espírito humano adiante.

Segundo Brandão, “o mito não é uma conotação usual de fábula, lenda, invenção, ficção. O mito é o relato de um acontecimento ocorrido no tempo primordial, mediante a intervenção de entes sobrenaturais” (Brandão, 1986, p. 35).

Conforme Brandão, “o mito é sempre uma representação coletiva, transmitida através de várias gerações e que relata uma explicação do mundo. Ele expressa o mundo e a realidade humana” (Brandão, 1986, p. 36).

Murdock (1990) faz grandes reflexões sobre o feminino considerando os mitos, contos de fadas, antigos símbolos e deusas. Bolen (1990) traz uma reflexão sobre como o conhecimento das deusas em uma determinada mulher pode também proporcionar seu autoconhecimento. Os padrões de comportamento ajudam a reconhecer as diferenças, entender e explicar algumas dificuldades, escolhas e determinam os relacionamentos.

13

Segundo Bolen, as deusas gregas são imagens de padrões femininos que vivem na psique das mulheres (Bolen, 1990). Elas representam padrões arquetípicos do feminino. Figuras como Perséfone, Deméter, Ártemis e Atena podem ser compreendidas simbolicamente como expressões dos processos de sofrimento, vulnerabilidade, proteção, autonomia e reconstrução da identidade feminina. Esse conhecimento pode favorecer a compreensão dos impactos psíquicos do trauma e os possíveis caminhos da cura. Enquanto Perséfone pode representar a descida ao sofrimento e a transformação decorrente da experiência traumática, Ártemis simboliza a autonomia e a capacidade de proteção. Deméter expressa os vínculos afetivos e as perdas emocionais, Atena representa a racionalidade necessária para o enfrentamento da violência e Afrodite relaciona-se ao resgate da autoestima e do amor-próprio. Assim, os arquétipos das deusas podem contribuir para a compreensão e elaboração dos impactos psíquicos produzidos pela violência (Graves, 2018).

Embora o presente trabalho utilize as deusas da mitologia grega como referenciais simbólicos para a compreensão de aspectos da psique feminina, reconhece-se que tais imagens

arquetípicas não esgotam a complexidade do feminino. A presença de divindades femininas em diferentes culturas evidencia a universalidade das representações simbólicas do feminino, assumindo expressões diversas conforme os contextos históricos, culturais e religiosos (Murdock, 2023).

Ao considerar a trajetória psíquica da paciente, percebe-se uma aproximação simbólica especialmente com os arquétipos refletidos nas deusas Deméter e Ártemis, cujas características apresentam importantes correspondências com os conflitos, vínculos e movimentos de transformação vivenciados ao longo de seu processo.

Ártemis, uma grande arqueira e protetora, anda armada de arco e flecha e possui tanto o poder de lançar pragas ou morte súbita sobre os mortais quanto o de curá-los (Graves, 2018). Ártemis é a protetora das crianças pequenas e de todos os animais no período de lactância (Graves, 2018).

Brontes, que havia recebido ordens para realizar todos os seus desejos, colocou-a sobre seus joelhos, mas ela, incomodada com suas carícias, arrancou-lhe um punhado de pelos do peito, deixando-lhe uma zona pelada que permaneceu até o dia da sua morte, dando a todos a impressão de que ele tinha sarna (Graves, 2018, p. 153).

Em um dos episódios descritos por Robert Graves, a deusa é alvo da investida do gigante Brontes, que havia recebido ordens para satisfazer todos os seus desejos e tenta aproximar-se dela de maneira invasiva. Em resposta, Ártemis reage de forma imediata e punitiva, preservando sua integridade e autonomia. Aos três anos de idade, Ártemis respondeu ao pai, Zeus, o que gostaria: pediu virgindade eterna, tantos nomes quanto os de seu irmão Apolo, um arco e flecha como o dele e o dom de trazer a luz. Ela era uma arqueira e, quando não gostava do que via, era vingativa (Graves, 2018). Ártemis era impiedosa com aqueles que a ofendiam (Bolen, 1990).

Bolen (1990) descreve Ártemis como a deusa que procura ativamente seus objetivos, protege e ajuda rapidamente aqueles que a procuram. E Deméter, uma deusa vulnerável, representa o papel de esposa, mãe e filha — deusa que foi raptada, violada, humilhada e dominada.

Deméter expressa os vínculos afetivos e as perdas emocionais, segundo a interpretação de Robert Graves. E, na sociedade contemporânea, mulheres motivadas por Deméter necessitam ter filhos. Um arquétipo materno representa o instinto maternal desempenhado na gravidez (Bolen, 1990).

Mulheres que possuem qualidades de Deméter têm muita dificuldade em dizer não, tornando-se vulneráveis e relacionando-se, por vezes, com um homem sociopata (Bolen, 1990). Esse instinto de nutrir pode esgotar a mulher que se identifica com Deméter.

3.3 Uma Sociedade Patriarcal e a Lei Maria da Penha

É necessário superar ideologias machistas androcêntrico-patriarcais, que justificaram a criação de leis que atribuíram aos homens direitos e prerrogativas que não eram reconhecidos às mulheres. Pior, colocavam a mulher sob a tutela do homem, como as vetustas normas que atribuíam ao marido a chefia da sociedade conjugal e reduziam a capacidade civil das mulheres casadas, tornando-as relativamente capazes para os atos da vida civil (Dias, 2026, p. 69).

Segundo Maria Berenice Dias (2026), uma sociedade patriarcal é aquela que privilegia o masculino, atribuindo-lhe grande vantagem, negada às mulheres.

Segundo Dias (2026), infelizmente a violência doméstica tem vínculo original com as desigualdades estruturais de gênero e com as relações historicamente assimétricas de poder entre homens e mulheres. Nesse contexto, antes da violência física, ocorre a violência psicológica, favorecendo a escalada para agressões físicas no ambiente doméstico.

Sinais indicativos como apego rápido, ciúme excessivo, controle do tempo, isolamento da família e dos amigos, uso de linguagem derogatória, culpabilização da mulher e minimização dos abusos demonstram o caminho que leva à violência doméstica (Dias, 2026). Relações abusivas geralmente se iniciam de forma silenciosa e gradual, dificultando que a vítima reconheça inicialmente os sinais da violência psicológica. A vítima geralmente se sente culpada, sente medo e depende emocionalmente do outro.

Segundo Minayo e Assis, a violência, infelizmente, costuma estar presente em grande parte das interações humanas, podendo se manifestar de diversas formas e em diferentes sociedades, mesmo na atualidade (Minayo; Assis, 2017). É a Lei Maria da Penha que tipifica e criminaliza cinco tipos de violência contra as mulheres: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial (Brasil, 2010). Segundo Dias (2023), o feminicídio transformou-se em um crime autônomo e bárbaro. A tipificação do feminicídio representa um grande avanço no entendimento da gravidade dos assassinatos de mulheres, infelizmente motivados pela desigualdade de gênero. A absoluta falta de consciência social do que seja a violência doméstica a torna invisível perante os olhos da sociedade atual antes do ocorrido.

Segundo a legislação penal brasileira, após a entrada em vigor da Lei nº 14.994/2024, o feminicídio passou a configurar crime autônomo, previsto no art. 121-A do Código Penal,

definido como o ato de matar mulher por razões da condição do sexo feminino, sendo cominada pena de reclusão de vinte a quarenta anos. Essa alteração legislativa representa um importante avanço no enfrentamento à violência de gênero, conferindo maior rigor à repressão penal dessa modalidade delitiva. Historicamente, a violência doméstica foi naturalizada pela sociedade, dificultando denúncias e contribuindo para a impunidade dos agressores. Segundo Dias, até a instauração da Lei Maria da Penha, ninguém considerava a violência doméstica um crime; somente a lesão corporal recebia uma pena mais severa (CP, art. 129, cap. 13) (Dias, 2026). Antes da Lei Maria da Penha, as agressões contra a mulher não eram sequer identificadas como violação dos direitos humanos.

Este é o verdadeiro alcance da Lei Maria da Penha. Seu viés principal não é punitivo, mas muito mais preventivo e assistencial. Ela vem proteger a vítima, reeducar o agressor e romper o ciclo da violência. Não tem caráter unicamente repressivo (Dias, 2026). Pode-se afirmar que o grande mérito da Lei Maria da Penha é assegurar maior proteção às vítimas.

3.4 Estudo de Caso

Luiza, 30 anos, foi encaminhada para a clínica para que fosse atendida. Sua queixa principal era ansiedade. Ao longo das sessões com abordagem na Psicologia Analítica, Luiza expôs sua vida até os dias de hoje. Mãe de cinco filhos, inserida em um programa de proteção com duração de dois anos, vítima de violência doméstica. Sua vida foi marcada por muito sofrimento, pois aos 14 anos de idade engravidou do namorado e foi morar com ele. Ao longo de seu casamento, que durou 18 anos, foi muitas vezes violentada, agredida tanto fisicamente quanto emocionalmente. Tentou se separar duas vezes, inclusive utilizando-se da Lei Maria da Penha; porém, devido às ameaças que recebia do ex-marido, voltava para casa. Até que, um dia, foi gravemente violentada e resolveu dar um basta naquela situação.

Sempre teve muito medo, pois sempre recebia ameaças. Mas naquele dia ela realmente estava determinada a sair definitivamente daquela relação. Luiza não tinha medo do trabalho, pois, em 18 anos, era ela quem mantinha e comprava tudo o que era necessário em casa. Ele teve apenas um emprego durante um ano; o restante do tempo não fazia nada. Pelo contrário, era alcoólatra e fazia uso de drogas. Além disso, ainda vendia o que Luiza conseguia comprar para adquirir drogas.

Luiza fez tudo o que a lei permitiu. Tinha uma casa e um carro; porém, como seu ex-marido era muito violento e não aceitava o divórcio, a advogada que a atendia na época orientou-

a a abrir mão dos bens conquistados para reduzir o risco durante a separação. Luiza deixou tudo para o ex-marido e recomeçou do zero. Continuava a trabalhar, e seus filhos passavam finais de semana alternados com o pai.

Um dia, Luiza estava trabalhando e foi chamada para atender uma de suas filhas na UPA, pois esta havia tentado suicídio. A filha tinha, na época, 14 anos. No atendimento, ainda na UPA, Luiza foi tentar entender o porquê da tentativa. A filha então revelou à mãe que o pai a tocava de forma inadequada. Luiza achou muito estranho e suspeitou que houvesse algo mais grave. Na mesma noite, ainda na UPA, o pai tentou visitar a filha, e Luiza o impediu, avisando-o para nunca mais se aproximar dos filhos, e afirmou que iria descobrir o que havia levado a filha a tentar tirar a própria vida.

Luiza foi orientada a criar uma rede de apoio para que a filha pudesse falar sobre o que mais o pai fazia com ela, pois a menina não conseguia se abrir. Foi quando, depois de seis meses, Luiza foi chamada à escola porque a filha teve uma crise fortíssima de ansiedade. Todos sabiam que somente a filha poderia fazer uma denúncia para que o pai fosse preso. Nessa época, Luiza também sofria ameaças de seu ex-sogro, que não estava interessado no bem-estar da neta, mas sim em evitar a prisão do filho. Ameaçava Luiza repetidas vezes, dizendo que ela deveria pensar bem no que iria fazer, pois estava lidando com vidas.

17

Voltando à crise da filha na escola, foi acionado o Conselho Tutelar e, após isso, houve, pela rede de proteção, uma escuta especializada. Luiza orientou a filha a contar tudo o que havia acontecido, e a menina o fez. Luiza não participou diretamente da escuta, mas recebeu um retorno ao final. O resultado foi que a filha havia sido ameaçada diversas vezes pelo pai durante as visitas com os irmãos, com armas apontadas à cabeça. Ele a ameaçava dizendo que, se contasse, mataria todos os irmãos. Além disso, confirmou-se que a filha vinha sendo molestada e abusada sexualmente desde os 11 anos de idade.

A partir desse momento, todos os envolvidos estavam com muito medo. A denúncia precisava ser feita, pois todos sabiam que alguém da família estava correndo perigo. A família foi orientada a procurar um órgão especializado, pois sabiam que precisariam de proteção. Luiza foi orientada a pedir demissão do trabalho, organizar alguns pertences e, então, foram acolhidos em um local seguro, sem celular e sem qualquer contato com irmãos e mãe. Somente após cinco dias de acolhimento a denúncia foi formalizada. A polícia foi tanto à casa do ex-marido quanto à do ex-sogro, simultaneamente, e prendeu o ex-marido. A família permaneceu sob cuidados de proteção durante dois anos.

Em uma análise junguiana, observa-se que Luiza, nesse momento de sua trajetória, manifesta um complexo paterno significativo. A investigação das figuras masculinas presentes ao longo de sua vida revelou padrões repetidos de experiências negativas. As lembranças relacionadas aos avós, tanto paternos quanto maternos, são marcadas por episódios dolorosos, destacando-se o ambiente de violência doméstica, especialmente pela agressividade do avô em relação à avó. Esse ambiente conturbado refletiu-se também no tratamento dispensado a Luiza e seus irmãos. O pai de Luiza, portador de alcoolismo e sequelas decorrentes de um acidente vascular cerebral, exerceu constante violência física e moral contra a mãe, além de agressões frequentes dirigidas a Luiza e seus irmãos, muitas vezes motivadas por pequenos conflitos. O ex-marido de Luiza também representou uma figura masculina de forte impacto negativo, sujeitando-a a agressões físicas e psicológicas ao longo de 18 anos de casamento. Soma-se a essa dinâmica tóxica a presença do ex-sogro, que, por sua posição ligada à polícia, impôs sofrimento adicional a Luiza. Um episódio emblemático desse contexto envolve uma acusação infundada de uma suposta relação entre Luiza e o ex-sogro, propagada pelo ex-marido sob influência de substâncias e que, lamentavelmente, foi aceita pela ex-sogra, que culpabilizou Luiza.

Sob a perspectiva religiosa, pode-se afirmar que o sentido do sagrado já se manifestou na vida de Luiza, porém de maneira ainda não plenamente saudável. Sua relação com a espiritualidade esteve permeada por vivências conflitantes e dolorosas que dificultaram a construção de uma conexão positiva e curativa. Proveniente de um ambiente familiar onde a religião não era uma imposição, Luiza teve pouca frequência à igreja durante a infância. Já na vida adulta, enfrentando turbulências no casamento, buscou a fé, mas foi confrontada por uma representação religiosa que reforçava a manutenção do sofrimento doméstico, por meio da declaração: “A mulher edifica o lar. Não saia deste casamento.” Mesmo diante de suas denúncias de abuso, ela recebeu a mensagem de que era responsável pelo estado do lar e pelo comportamento do marido. Em uma das sessões, relatou: “Cresci em uma casa onde meu pai agredia minha mãe. Casei com um homem cuja convivência foi marcada por agressões e violência. Vi ainda minha filha ser vítima de abuso pelo próprio pai.” Nas sessões analíticas, as intervenções uniram o suporte emocional e a análise interpretativa, oferecendo a Luiza um espaço para reconhecer, confrontar e transformar essas experiências.

Ao correlacionar a trajetória de Luiza com as etapas da Jornada da Heroína, proposta por Maureen Murdock (1990), observa-se inicialmente a fase denominada “separação do feminino”, caracterizada pelo distanciamento em relação aos referenciais femininos maternos. Tal

dinâmica manifesta-se na discordância de Luiza em relação à permanência de sua mãe no casamento, considerado por ela uma relação marcada pelo sofrimento e pela submissão. A saída da casa materna para viver com o companheiro também pode ser compreendida como parte desse processo de separação, sobretudo diante da advertência materna de que sua nova vida conjugal representaria “o início do inferno”. Nesse contexto, evidencia-se um movimento de busca identitária e afastamento do modelo feminino tradicional internalizado.

A segunda etapa, correspondente à “identificação com o masculino”, torna-se perceptível quando Luiza, ainda na primeira gestação, ingressa no mercado de trabalho e assume precocemente a responsabilidade financeira pelo sustento familiar. Nos primeiros meses de casamento, passa a ocupar a posição de principal provedora do lar, enfrentando intensos desafios relacionados à sobrevivência material e à manutenção da família. Tal movimento pode ser interpretado como uma predominância de valores associados ao princípio masculino, tais como produtividade, desempenho, racionalidade prática e resistência emocional.

Na terceira fase, denominada “caminho das provações”, observa-se a intensificação das exigências externas e internas. Durante esse período, Luiza alcança reconhecimento profissional, recebendo promoções e bonificações em seu trabalho. Entretanto, tais conquistas conduzem à quarta etapa da jornada, marcada pela “ilusão do sucesso”. Embora ocupasse a posição de provedora e demonstrasse aparente estabilidade funcional, experienciava um profundo vazio emocional e crescente desconexão de si mesma.

19

Posteriormente, emerge a quinta fase, caracterizada pela crise e pelo colapso psíquico decorrentes da violência doméstica vivenciada de forma contínua. Além de sustentar financeiramente a família, Luiza encontrava-se submetida a agressões constantes por parte do companheiro, frequentemente presenciadas pelos filhos. Em estado de intenso esgotamento emocional, buscou auxílio em uma instituição religiosa na tentativa de encontrar acolhimento e sentido para sua experiência. Contudo, ao relatar a violência sofrida, recebeu orientações fundamentadas em interpretações religiosas que reforçavam a manutenção do casamento e responsabilizavam a mulher pela estabilidade do lar e pelo comportamento do marido. Tal experiência contribuiu para o aprofundamento do sofrimento psíquico e da sensação de desamparo.

A etapa seguinte corresponde à “descida da deusa”, momento marcado pela confrontação radical com a dor, o trauma e os conteúdos sombrios da existência. Após conseguir separar-se do companheiro, Luiza acreditava que finalmente alcançaria segurança e estabilidade ao lado

dos filhos. Entretanto, descobre que a filha mais velha vinha sofrendo abuso sexual cometido pelo ex-marido. A revelação representa um ponto de ruptura profunda em sua trajetória psíquica, intensificando a experiência de desintegração emocional. Paralelamente, precisou enfrentar mudanças abruptas em sua vida, incluindo a mudança de cidade em razão de sua inserção em um programa de proteção às vítimas de violência doméstica.

Em seguida, observa-se o movimento correspondente ao “anseio pela reconexão com o feminino”. Nesse período, Luiza reinicia seus estudos com o objetivo de construir uma nova trajetória profissional e, de forma criativa, passa a produzir e comercializar doces para complementar sua renda. Simultaneamente, demonstra maior valorização de aspectos subjetivos anteriormente negligenciados, como a intuição, a sensibilidade e a criatividade, indicando um processo gradual de reintegração psíquica do feminino.

Atualmente, a trajetória de Luiza parece aproximar-se da etapa denominada “cura da ruptura entre mãe e filha”, marcada pela possibilidade de reconstrução dos vínculos femininos, da identidade subjetiva e da relação consigo mesma, em direção a um movimento mais integrado de individuação.

4 CONCLUSÃO

20

O presente estudo estabelece um paralelo entre a forma como a mulher era reverenciada por volta de 2000 a.E.C., em contextos marcados por estruturas matriarcais, e a realidade contemporânea de mulheres que vivem, resistem e buscam proteger-se em uma sociedade patriarcal. Nesse cenário, diante das múltiplas formas de violência direcionadas ao feminino, tornou-se necessária a criação de mecanismos legais de proteção, dentre eles a Lei Maria da Penha, concebida como instrumento jurídico de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ao longo deste estudo, evidenciaram-se importantes contribuições da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung para a compreensão e intervenção em casos de violência doméstica. Da mesma forma, a Jornada da Heroína, proposta por Maureen Murdock, apresenta-se como um recurso simbólico relevante para compreender os processos de sofrimento, enfrentamento e transformação vivenciados por mulheres que buscam superar experiências traumáticas.

A utilização dos arquétipos das deusas mostrou-se igualmente significativa, uma vez que favorece a compreensão de aspectos profundos do feminino e auxilia no processo terapêutico de

ressignificação das vivências da paciente. Os símbolos mitológicos ampliam a consciência acerca de padrões emocionais, conflitos internos e potencialidades de desenvolvimento presentes ao longo de sua trajetória, considerando que determinados conteúdos psíquicos tendem a manifestar-se de maneira recorrente na experiência humana.

Também se destacam as contribuições teóricas de Maria Berenice Dias para a análise da Lei Maria da Penha, especialmente no que se refere à compreensão jurídica e social da violência contra a mulher, bem como às discussões acerca dos mecanismos de proteção e garantia de direitos.

A análise do estudo de caso permitiu identificar que a paciente encontra-se atualmente na oitava etapa da Jornada da Heroína, denominada “cura da ruptura mãe-filha”. Nesse momento de seu processo terapêutico, ela desenvolve um trabalho voltado à reparação de vínculos afetivos e à reconexão com sua própria filha, utilizando os arquétipos das deusas como instrumentos simbólicos de reflexão e transformação. Tal percurso evidencia que o processo de cura não se limita à superação da violência sofrida, mas envolve também a reconstrução dos relacionamentos, da identidade e do sentido de si, favorecendo a continuidade do processo de individuação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: *informação e documentação – artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: *informação e documentação – referências – elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6024: *informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: *informação e documentação – resumo, resenha e resenha – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: *informação e documentação – citações em documentos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: *informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BIANCHINI, Alice. *Lei Maria da Penha*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

- BOLEN, Jean Shinoda. *As Deusas e a Mulher*. São Paulo: Paulus, 1990.
- CAMPBELL, Joseph. *Mitologia Primitiva*. São Paulo: Palas Athena, 1992.
- CHEVALIER, Jean. *Dicionário dos Símbolos*. 40. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2024.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- DIAS, Maria Berenice. *A Lei Maria da Penha e os Novos Avanços*. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2026.
- FRANÇA, J. L. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- GOMIDE, Paula Inez Cunha. *Introdução à Psicologia Forense*. v. 2. Curitiba: Juruá, 2025.
- HALL, James. *Jung e a Interpretação dos Sonhos*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Normas de Apresentação Tabular*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- JUNG, C. G. *A Natureza da Psique*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. *A Prática da Psicoterapia*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- JUNG, C. G. *Aion: Estudos sobre o Simbolismo do Si-Mesmo*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JUNG, C. G. *Mandala: Imagens do Inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2025.
- JUNG, C. G. *O Desenvolvimento da Personalidade*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JUNG, C. G. *O Eu e o Inconsciente*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JUNG, C. G. *O Homem e seus Símbolos*. 3. ed. especial. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2016.
- JUNG, C. G. *Os Complexos e o Inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JUNG, C. G. *Os Fundamentos da Psicologia Analítica*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2024.
- JUNG, C. G. *Tipos Psicológicos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JUNG, Emma. *Animus e Anima*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, J. B. *Redação Científica: a Prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MURDOCK, Maureen. *A Jornada da Heroína*. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

ROBERTSON, Robin. *Guia Prático de Psicologia Junguiana*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHARP, Daryl. *Tipos de Personalidade: o Modelo Tipológico de Carl G. Jung*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2021.

SILVEIRA, Nise. *Jung: Vida e Obra*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

STEIN, Murray. *O Mapa da Alma*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

STONE, Merlin. *Quando Deus era Mulher*. São Paulo: Goya, 2022.

VOLPATO, G. L. Como escrever um artigo científico. *Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica*, Recife, v. 4, p. 97-115, 2007.